

Os candidatos e suas promessas

Luiz Orlando Carneiro

Fechar ministérios ou criar outros, acabar de vez com marajás e mordomias, liquidar com as greves, botar os corruptos na cadeia, transformar o Brasil numa Austrália, num Canadá ou até numa Nicarágua, reduzir a inflação a 3% ao mês, extinguir em três anos o analfabetismo — tais são algumas das muitas promessas bombásticas apregoadas pelos principais candidatos à presidência, neste início de campanha eleitoral.



São promessas que dão ibope, não fosse o candidato Fernando Collor de Mello — tido pela opinião pública como o paladino da luta contra os marajás, as mordomias e a corrupção em geral — o líder das pesquisas eleitorais. São promessas irresistíveis para milhões de eleitores que nunca votaram num candidato à presidência da República, e sonham em ver no Executivo um chefe todo-poderoso que prime pela autoridade e pela severidade na condução dos negócios públicos.

Embora o sucessor de Sarney deva ter sua autoridade muito reforçada, por ter sido escolhido diretamente e por maioria absoluta, os partidários de candidaturas mais ortodoxas, como as de Ulysses Guimarães e Mário Covas, contam com os debates e a propaganda gratuita na televisão, além da penetração dos jornais e revistas de referência nacional, para tornar, com o tempo, a campanha menos emocional, mais substancial e mais esclarecedora quanto ao que se pode realmente esperar do futuro chefe do Executivo.

A nova Constituição, como se sabe, limitou em muito os poderes do presidente, cabendo ao Congresso — embora com a sanção presidencial — dispor sobre todas as matérias de competência da União, “especialmente” sobre 14 itens, entre os quais a criação, estruturação e atribuições dos ministérios; moeda, seus limites de emissão e montante da dívida mobiliária federal; matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações. A competência exclusiva do Congresso foi também ampliada, sobretudo no que diz respeito à sustação de atos normativos do Executivo que “exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”. Agora mesmo o Executivo está numa sinuca de

bico para tentar cobrir, com o aumento das contribuições, o rombo da Previdência Social, já que o Congresso está disposto a recusar uma medida provisória nesse sentido.

Assim é que o futuro presidente (como o atual) pode acabar com muitas de suas mordomias e de seus ministros, mas não pode criar ou extinguir ministérios a seu bel-prazer, nem muito menos enquadrar congressistas ou membros do Poder Judiciário. Também não pode atuar contra o grevismo fora dos limites estabelecidos pela lei que definirá os serviços essenciais. Nem criar expectativas de que é tão fácil botar corruptos na cadeia como lotar camburões com marginais favelados.

As limitações do Executivo e do futuro presidente, que vai receber um Estado falido, têm sido destacadas por assessores dos candidatos Ulysses Guimarães e Mário Covas, como o economista Luís Gonzaga Belluzo e o deputado José Serra. Ainda anteontem, Belluzo revelava que a principal proposta do candidato do PMDB será uma possível “reconstituição financeira do Estado brasileiro”. Serra, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso, afirmava que o sucessor de Sarney passará o primeiro ano de governo a pão e água, com dificuldades de caixa irremovíveis.

O grande desafio a ser enfrentado pelos candidatos que ainda apostam em propostas sensatas e realistas é vencer a opinião pública — desiludida com o governo, com os políticos e com os economistas — de que o próximo presidente, longe de ser um “salvador da pátria”, terá de tirar partido da legitimidade e autoridade conferidas pela maioria absoluta do eleitorado para, de comum acordo com a maioria do Congresso, das lideranças sindicais e empresariais, tentar costurar o pacto político-social que ainda não foi possível.

Antes que multipliquem promessas milagrosas, seria conveniente que os candidatos à presidência da República aceitassem a sugestão feita pelo relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, deputado José Serra, a fim de que participem de sua discussão na Comissão Mista de Orçamento do Congresso. Terão, assim, a oportunidade de saber com quantos paus poderão contar para fazer as canoas com as quais pretendem chegar ao Palácio do Planalto.

Luiz Orlando Carneiro é diretor regional do JORNAL DO BRASIL em Brasília